

ATA Nº 22: Assembleia Geral – Parte I

Terça-feira, 28 de setembro de 2021

09h00 – 13h30 (hora local do Açores) Duração: 4 horas

Videoconferência e presencial

Auditório do Ramo Grande, Rua Serpa Pinto, nº70, Praia da Vitória, Açores, Portugal

Introdução. Natureza da reunião

Esta foi a 2ª Assembleia Geral do Conselho Consultivo para as Regiões Ultraperiféricas – CCRUP e a primeira reunião presencial deste Conselho Consultivo. A reunião realizou-se no Auditório do Ramo Grande - em formato híbrido, através da plataforma *Zoom*- e teve início pelas 9 horas (hora local dos Açores), do dia (28) vinte e oito de setembro de (2021) dois mil e vinte e um.

A Secretária-Geral do CCRUP deu as boas-vindas a todos os participantes (ver lista de participantes) e informou que a reunião seria gravada para efeitos de elaboração de ata. Informou que seguindo o Plano de Contingência aprovado pela Autoridade Regional de Saúde para esta reunião, nos espaços fechados, o uso de máscara era obrigatório e se deveria proceder sempre à desinfeção das mãos à entrada das salas. Mais informou que as dúvidas seriam colocadas no final de cada sessão e respondidas. Explicou como iria funcionar o sistema de interpretação. Deu a palavra à Sra. Charlina Vitcheva (*Diretora Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia*) para dar início à reunião.

1. Abertura da reunião pela Diretora Geral dos Assuntos Marítimos e Pescas da Comissão Europeia

A Sra. Charlina Vitcheva começou por agradecer e congratulou a primeira Assembleia Geral presencial do CCRUP. Congratulou o trabalho realizado pelo CCRUP, no último ano. Destacou a **importância dos Conselhos Consultivos**, pelo facto serem compostos por um grupo de entidades que conhecem possíveis soluções para serem implementadas e referiu que o CCRUP já efetuou inúmeras recomendações sobre temas

muito relevantes. De seguida, informou que o ciclo anual, para as **oportunidades de pesca**, iniciou em junho e houve progressos significativos na sustentabilidade da pesca, nomeadamente nas frotas europeias e no bom equilíbrio entre a capacidade de pesca e as oportunidades de pesca. O ciclo anual terminará em dezembro, com uma reunião do Conselho Europeu, sobre totais admissíveis de captura (TACs) e quotas. Comentou que o cumprimento dos objetivos do CCRUP está relacionado com a agenda política da União Europeia, expresso na Agenda do **Acordo Verde** (Pacto Ecológico Europeu – *Green Deal Agenda*) e na Estratégia da Biodiversidade para 2030. O principal objetivo do Acordo Verde é proporcionar aos cidadãos um continente climático neutro, em 2050. Referiu que um oceano saudável é essencial para garantir o desenvolvimento do trabalho dos pescadores. Apesar do Brexit e da COVID-19 terem tido impactos no último ano, observou-se bons resultados em termos de **sustentabilidade do setor da pesca**, sobretudo no Oceano Atlântico e no Mar do Norte, bem como no Báltico, sendo que ma grande percentagem de peixe desembarcado nos portos da União Europeia, em 2020, foi feito de uma forma sustentável. Mencionou que, atualmente existe um planeamento multianual que, permite serem mais precisos e flexíveis nas medições. Referiu que, de um modo geral, apesar do impacto da pandemia do COVID-19, o desempenho económico melhorou. A **produtividade laboral** também aumentou e a frota europeia está mais equilibrada. Os desafios mantiveram-se, contudo, os objetivos devem permanecer ambiciosos, considerando as novas tecnologias e novas soluções. Informou que os **atuns tropicais** são um tema muito importante, particularmente para os pescadores dos Açores, Madeira e Canárias. A Comissão Europeia (CE) está atenta à implementação de medidas mais efetivas na Comissão Internacional para a Conservação do Atum Atlântico (ICCAT), nomeadamente a importância dos dispositivos de agregação de pescado (dFADs) serem mais sustentáveis. Referiu que a CE tem que estar atenta a que toda a capacidade de pesca seja gerida de forma apropriada e que todos os intervenientes participem para este fim. Informou que o tema dos tubarões anequins é um assunto delicado e preocupante, pois é necessário tomar medidas, sobretudo para reduzir a sua mortalidade, evitando a sua pesca ou captura accidental. Mencionou que todos os acordos internacionais de comércio têm que ser considerados com base na sustentabilidade. Referiu que o **Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura**

(FEAMPA) é um dos principais instrumentos financeiros que contribui para a implementação da Política Comum das Pescas e para o alcance dos objetivos a longo prazo, como reestruturar a frota - se necessário - e aumentar a seletividade das artes de pesca. O FEAMPA suporta o desenvolvimento socioeconómico e o desenvolvimento da aquacultura. Foram alocados cerca de 350 milhões para as regiões ultraperiféricas de França, Espanha e Portugal. Há uma taxa de compensação dos apoios (60%), mas se necessário e bem fundamentado poderá atingir os 70%. É necessário ter em conta as especificidades das RUPs, como a sua insularidade (a distância ao continente) e as dificuldades relativas ao mercado. A intensidade de apoio para as RUPs é de 85% e pode chegar a 100%. Enquanto os apoios aos territórios continentais são na ordem dos 50%. O investimento nas RUPs tem em conta a melhoria das condições de trabalho a bordo (por exemplo) e que estes fundos não poderão ser utilizados para aumentar a capacidade de pesca. É muito importante utilizar os fundos , que terminarão daqui a dois anos, para a recolha de dados. É preciso obter dados sobre a sustentabilidade e o impacto das artes de pesca. Informou que a Sra. Pascale Colson, coordenadora dos Conselhos Consultivos, estava presente bem como a Dra. Valerie Tankink, responsável pela coordenação de assuntos relacionados com a política de pesca comum (PCP) e poderiam dialogar com os presentes sobre a **nova proposta de implementação da política comum das pescas**, que decorrerá no próximo ano. Este relatório está associado à dimensão social, nomeadamente, como ter oceanos limpos e a prevenção ou adaptação às alterações climáticas. Neste sentido, realizaram uma consulta com as partes interessadas, no presente mês. Solicitou que revissem e dessem recomendações sobre o **plano de ação, para conservar os recursos de pesca e proteção dos ecossistemas marítimos**. Referiu que nessa semana ocorreu a implementação do **relatório de medidas técnicas**. No início de 2022, a CE pretende emitir recomendações sobre como as pescas poderão ser mais sustentáveis e responder aos requisitos da estratégia da diversidade. É necessário estabelecer uma correlação entre a política comum de pesca, a sustentabilidade e a legislação ambiental. Reiterou que a consulta às partes interessadas é muito importante para ter em consideração todos os pontos de vista. Informou que a Sra. Susan Steele (Agência Europeia de Controlo da Pesca – EFCA) estava presente na reunião e que era importante a sua presença para clarificar algumas questões relacionados com o controlo

das pescas. Comentou que a **revisão da regulamentação de controlo das pescas** é uma proposta ambiciosa, cujo objetivo é estabelecer igualdade de condições, para que todos cumpram as mesmas regras, simplificar as regras e usar as oportunidades do trabalho digital. O trabalho digital pode proporcionar imensos benefícios, inclusive, maior rentabilidade e menor volume de documentação (em suporte físico). Assim, após o primeiro investimento, o uso de aplicações móveis para fins de controlo, pode simplificar o trabalho, torná-lo mais barato e mais acessível. Informou que a Comissão Europeia, apoiou o desenvolvimento de um **sistema integrado sobre relatórios de capturas ilegais, não regulamentadas e não declaradas** para, por exemplo, a pesca recreativa. Este sistema tem sido comumente designado por *Fish IUU* e tem sido testado com sucesso. A **economia azul**, atualmente é um dos setores de maior desenvolvimento e prevê-se que duplique, em 2030. O número de postos de trabalho está a aumentar e é necessário aproveitar este potencial. O setor mais tradicional deve ser abordado de forma diferenciada, para que atinja um novo nível de sustentabilidade. É necessário diminuir a poluição, as emissões de CO₂ e adaptar-nos às novas soluções e **novos tipos de energia**, provenientes dos oceanos. As novas energias são um dos mais importantes sectores a ser desenvolvidos até 2050, para obter a neutralidade do clima. É preciso considerar as especificidades das regiões ultraperiféricas e prever o como devemos gerir os apoios. Identificar e adotar as novas tecnologias que referentes à economia azul. A CE vai continuar a apoiar o desenvolvimento da **Estratégia Azul**, contudo, as atuais estratégias estão atrasadas devido à pandemia do COVID-19. Mencionou a necessidade de investir num setor do turismo sustentável, no transporte, na educação e na formação, para promover uma Economia Azul. Em maio de 2022, a Comissão Europeia irá anunciar uma **nova estratégia nas RUPs**. Esta iniciativa tem como objetivo estabelecer alicerces para um crescimento sustentável, a longo prazo e, preparar um caminho para desenvolver uma economia verde e digital. Comentou que todas as RUPs podem contar com a CE, para juntos assegurarem a importância da economia azul e do setor das pescas. A **Europa emergente ou em ascensão** é outro dos assuntos extremamente importantes para o futuro dos oceanos, pois prevêem-se novas ferramentas para inovar na investigação e usar as mesmas em desafios que sejam centrais para a sociedade. É necessário mobilizar a sociedade para colaborar com a CE, nestes desafios. A CE identificou cinco (5) sub-

desafios e um deles é a existência de um oceano sustentável. A DGMARE durante esta tarde irá discutir com a comunidade científica, qual a melhor forma de utilizar os fundos financeiros, para apoio à investigação e, conseqüentemente, proporcionar um melhor uso dos oceanos e um futuro mais saudável. Previu que a **missão de restaurar os oceanos**, em 2030, devia ser comunicada e implementada no dia seguinte. Comentou que serão precisos muito investimentos para alcançar este objetivo e por isso, é necessário identificar os fundos mais iminentes. Relativamente ao **apoio ao investimento privado** e a sua relação com as regiões ultraperiféricas, mencionou que o investimento na iniciativa azul – “*the Blue investing initiative*” - é uma iniciativa da DG MARE relacionada com todas as possibilidades de fundos que a União Europeia proporciona. O investimento privado, nomeadamente as empresas designadas por *start-ups*, que estão interessadas na economia azul, precisam de uma plataforma que as auxilie. O próximo evento referente ao investimento privado na economia azul, reunirá empreendedores e investidores, será na Madeira, Funchal, o que é muito importante pois o foco deste encontro, será numa região ultraperiférica. Dos vários projetos da CE, na economia azul, existem (5) **cinco projetos relacionados com as RUPs**. Estes projetos abrangem cinco áreas: energia azul, biotecnologia, conservação marinha, serviços marítimos e gestão de resíduos. Existe um novo conceito de inovação designado por especialização inteligente - *smart specialization* - que conjuga oportunidades de pesquisa e de negócio, com o objetivo de obter o maior benefício para a economia e sociedade. Considerando este conceito, será organizada uma plataforma específica para a economia azul. Mencionou que havia participantes das RUPs interessados, e como tal, estão motivados a colocar esta plataforma em funcionamento. Terminou a sua intervenção com votos que tivesse sido frutífera e demonstrou a sua disponibilidade para responder a futuras questões.

2. Intervenção da Eurodeputada Isabel Carvalhais

A Dra. Isabel Carvalhais (*Membro do Parlamento Europeu*), através de mensagem de vídeo, saudou todos os presentes e comentou que a presente reunião seria muito produtiva e que demonstraria a importância estratégica que o sector das pescas tem para as regiões ultraperiféricas. Referiu que sendo membro do parlamento europeu, participante nas comissões das pescas, da agricultura e do desenvolvimento rural, era

muito importante estar presente e acompanhar o trabalho do CCRUP. Informou que só é possível entender minimamente os constrangimentos de uma região conversando e ouvindo quem vive essa mesma realidade ou tem contacto direto com essas populações. As regiões ultraperiféricas têm um estatuto especial nos tratados da União Europeia, mas nem sempre o estatuto é plenamente reconhecido ou entendido, por quem não é dessas regiões. Nunca é demais o trabalho e luta para reforçar este estatuto. É importante lembrar todos os Estados-Membros que por causa das RUPs, que o posicionamento geopolítico da Europa ganha uma dimensão global por via oceânica. Lembrar todos os cidadãos europeus que as RUP são fonte de uma grande biodiversidade, albergando santuários naturais, cuja sua proteção é urgente, devido à sua natureza arquipelágica e áreas costeiras significativas. As zonas costeiras atualmente são afetadas pelas alterações climáticas. A crise pandémica mostrou a importância e empenho dos pescadores e produtores hortícolas em fornecer produtos saudáveis mantendo a sua atividade apesar de todos os riscos associados. A situação pandémica demonstrou também a importância que um ambiente protegido e resiliente, acompanhado de práticas sustentáveis, na gestão dos seus recursos, tem para a saúde de toda a humanidade e para o futuro de todos os sistemas alimentares. Para prosseguir um desenvolvimento ambiental, social e económico, no domínio da economia azul, é fundamental a implementação atempada das políticas e das estratégicas relacionadas com o pacto ecológico. O CCRUP é um parceiro incontornável e essencial nesta concretização. Atingir os objetivos do pacto ecológico depende do empenho e envolvimento de todos, para uma transição digital que seja justa e inclusiva. É necessário tornar todas as atividades sustentáveis do ponto de vista ambiental, mas também social e económico. Terminou a sua mensagem enaltecendo a importância do trabalho do CCRUP e reiterou o seu empenho em prosseguir atenta às posições de defesa conjunta das RUPs. Terminou a sua intervenção com votos de um bom trabalho.

3. Intervenção da Secretária de Estado das Pescas de Portugal

A Dra. Teresa Coelho saudou todos os presentes, agradeceu o convite e ressaltou a importância dos Conselhos Consultivos e o facto de todas as partes intervenientes se reunirem a debater assuntos relevantes e de interesse comum. Mencionou que a participação de todos é indispensável para contribuir para uma Política

Comum de Pescas sustentável, competitiva e realista. Realizou uma breve **caracterização dos setores das pescas** das Regiões Autónomas portuguesas e de Portugal continental, inclusive as capturas de 2020 (nº de toneladas, valor económico e principais espécies), frota de 2020 (quantidade, potência, dimensão e número de pescadores), aquicultura de 2019 (quantidade de produção) e a indústria transformadora (número de empregos direto e indireto e o volume de negócios). Informou que Portugal é um dos Estados Membros com melhor aproveitamento das verbas provenientes do FEAMPA. Recebeu 231 milhões de euros, cerca de 59% das verbas do FEAMPA. Portugal ocupa o terceiro lugar na classificação dos Estados Membros, com uma das maiores taxas de compromisso (93%). Destacou como sendo prioridades do FEAMPA os apoios ao setor da pesca, promoção da transformação, comercialização do pescado, que inclui parâmetros de compensação a custos suplementares das RUPs e o apoio ao desenvolvimento sustentável da aquicultura. Segundo a resolução de Conselho de Ministros nº16/2015, de 2 de abril, que cria a estrutura de missão para o **Mar 2020**, para o período de 2014-2020, mencionou a composição da equipa e a sua estrutura. Relativamente à **repartição de verbas do FEAMPA**, informou que foram alocados: 265 Milhões de euros para o Continente, 61 Milhões de euros para os Açores e 23 Milhões de euros para a Madeira. Informou que o nível de execução nas regiões autónomas é superior ao do continente. Referiu que a implementação do FEAMPA tem por base vários documentos, como o pacto ecológico europeu, a estratégia para a biodiversidade e a estratégia do Prado ao Prato. Em conformidade com a resolução do Conselho de Ministros nº 98/2020, de 13 de novembro, apresentou as quatro agendas para a estratégia de Portugal 2030. Destacou o **Programa Operacional (PO)** do FEAMPA, nomeadamente no que concerne à sustentabilidade, ao combate às alterações climáticas, à proteção dos ecossistemas, ao conhecimento científico e à inovação. Identificou as principais diferenças entre o (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas) FEAMP e o FEAMPA nomeadamente no que concerne os motores das embarcações, a arqueação bruta, abate de embarcações, cessação temporária, valores de apoio e taxa de cofinanciamento pela EU. Indicou a calendarização para a implementação do FEAMPA. Em outubro/novembro seria realizada a submissão formal à CE do PO e a avaliação ambiental estratégica. A aprovação do PO deveria ocorrer no final de 2021, ou início de 2022, após comunicação com a CE. Em 2022, o FEAMPA

será implementado a nível nacional e regional. O **plano de recuperação e resiliência** (PRR) tem um investimento de 252 Milhões de euros para a reforma do ecossistema e infraestruturas de suporte à economia azul. Por iniciativa do Governo dos Açores existem **32 Milhões de euros** para o desenvolvimento do “Cluster do Mar dos Açores”. O PRR é dedicado a empresas do setor das pescas, aquicultura e transformação. Informou que o governo regional tem autonomia na aplicação do PRR. Destacou como **investimentos na economia azul**: a criação de um novo navio de investigação, um centro de inovação da aquicultura, uma incubadora de empresas para apoio ao desenvolvimento de atividades da economia azul e uma infraestrutura de investigação designada por MarTec. Agradeceu o convite e informou que esta reunião era essencial, para haver discussões decisivas e contribuir para uma PCP, ambientalmente, economicamente e socialmente sustentável e, um setor das pescas mais competitivo e sustentável.

4. Intervenção do Assistente do Diretor Adjunto da Economia da Aquicultura e das Pescas no Ministério do Mar de França

O Dr. Andreas Seiler agradeceu o convite e referiu que esta Assembleia Geral era importante para apresentar todas as medidas que o governo de França está a considerar para as RUPs. Referiu que o território francês dispõe de seis regiões ultraperiféricas em dois oceanos (Atlântico e Índico), com desafios comuns, mas com contextos ambientais, económicos e sociais diversos. No **setor das pescas**, estas regiões representam um terço da frota francesa e 30% dos empregos e, por isso, são alvo de políticas públicas específicas. Relativamente à **aquicultura**, as RUPs apresentam um forte potencial de desenvolvimento. A CE pretendeu manter um grande **apoio financeiro**, reservando 131 milhões de euros, dos 566 milhões do pacote francês do FEAMPA para os referidos setores. O governo francês optou por ir um pouco mais longe e conceder 142 milhões à RUPs, para os planos de ação, que estão quase concluídos. Comentou que 23 % dos apoios europeus do FEAMPA são concedidos às RUPs francesas e prevê-se que, no mês de novembro, o programa seja apresentado à CE. Referiu que têm ocorrido regularmente reuniões entre as RUPs, o Ministério do Ultramar e o Governo francês, relativamente aos futuros apoios, antes do fim do primeiro semestre de 2022. Nas **prioridades do FEAMPA**, a pesca costeira de pequena escala foi identificada como sendo fundamental

para o desenvolvimento do setor da pesca. A **pesca costeira artesanal francesa** existe maioritariamente nas RUPs e constitui uma grande fonte de emprego local, em particular, nas Antilhas e Maiote. No caso do FEAMPA não prever nenhuma ação específica para a pesca costeira de pequena escala, o apoio será reforçado através de uma maior taxa de intensidade do apoio público. Este apoio pode alcançar um financiamento de 100 %, relativamente à compensação dos custos adicionais, decorrentes do afastamento dos referidos territórios ultramarinos e devido aos fortes constrangimentos climáticos tropicais a que os profissionais destas RUPs estão sujeitos. Esta compensação contribui igualmente para a segurança e autonomia alimentar destas regiões e dos seus cidadãos. Afirmou que, tanto a Europa como a França, têm em conta as dificuldades específicas das RUPs e que **luta contra a pesca INN** (ilegal, não declarada e não regulamentada), e a pirataria, predominam especialmente nas Caraíbas e na Guyana Francesa, o que exige que os oceanos sejam objeto de uma melhor governação. Neste sentido, o FEAMPA financia a vigilância marítima, com o intuito de reforçar a luta contra a pesca INN, que os serviços locais já assumiram fortemente. Contudo, não é suficiente combater a pesca ilegal, pois é fundamental **renovar a frota pesqueira**, para melhorar as condições de trabalho e a segurança dos pescadores dos territórios ultramarinos, para proteger o ambiente e garantir a sustentabilidade dos recursos. Neste momento existe um grande esforço do governo francês para **recolher dados nas RUPs**, para o processo de renovação da frota pesqueira e adequá-las aos constrangimentos atuais. Nas RUPs a pesca está associada a uma grande diversidade de espécies e é artesanal, o que dificulta a análise e avaliação dos dados. Relativamente à **aquacultura** nas RUPs, informou que é um setor ainda pouco desenvolvido, pois é muito recente e há falta de segurança na produção de ovos e alevinos. O FEAMPA representa uma oportunidade para, não só, permitir que os produtos aquícolas assumam uma maior importância no mercado, mas também ajudar a estruturar os mercados com o intuito de desenvolver o setor. Uma das fraquezas do setor é a **falta de formação e a necessidade de renovar as gerações**. Assim, os apoios à instalação de jovens pescadores e jovens aquicultores serão fundamentais para incentivar as novas gerações a iniciar a atividade. Os auxílios nacionais e regionais serão complementares para atingir este objetivo. Comentou que haverá apoio ao desenvolvimento dos **grupos de ação local para a pesca e aquacultura** (GALPA) das RUPs. Estão previstas medidas

do FEAMPA para combater a **poluição de clordecona** nas Antilhas. O **plano de recuperação e resiliência** francês já foi apresentado à Comissão Europeia e ascende a um total de 100 mil milhões de euros, abrangendo todos os setores, incluindo 40 mil milhões de fundos europeus, mas não abrange nenhuma ação relacionada com a pesca e a aquicultura francesa. A França recorre ao FEAMPA, para investimentos nos setores da pesca e da aquicultura. Todavia, existem fundos nacionais na ordem de 100 milhões de euros para investimentos a favor da sustentabilidade dos setores, em especial, do ponto de vista **ambiental e energético**, que abrangem as RUPs. Estes apoios incluem: projetos na Guyana Francesa, em La Reunión e na Guadalupe, sobre o desenvolvimento da pesca e aquicultura sustentável; Projetos para o desenvolvimento energético ou ambiental dos barcos do setor da pesca e aquicultura, na Martinica, La Reunión e Guadalupe; e projetos na Guyana Francesa, La Reunión e Guadalupe sobre a promoção das profissões da pesca e da aquicultura. Fez um breve resumo sobre os projetos que estão a decorrer nas RUPs. Informou que o governo francês tem como objetivo desenvolver o setor das pescas e da aquicultura nas RUPs, por forma a garantir a sustentabilidade das suas atividades. Terminou agradecendo o convite e atenção.

5. **Intervenção da Secretária-Geral de Pescas, de Espanha**

A Dña Alicia Villauriz saudou todos os presentes e agradeceu o convite. Começou por informar que a erupção do **vulcão de La Palma** estava a ter impactos socioeconómico no setor das pescas e aquicultura. Referiu que o governo espanhol está a analisar quais os impactos concretos na frota da ilha e da reserva marinha, e avaliar as medidas necessárias para a sua recuperação. Referiu que os temas abordados no CCRUP são muito relevantes e enalteceu as recomendações realizadas até ao momento. No ponto de vista da administração espanhola, o CCRUP é fundamental para poderem atuar nos desafios das RUPs e melhorar as regiões ambientalmente, socialmente e economicamente. As **Canárias** são a terceira região da Espanha com mais barcos pesqueiros, com artes de pesca maioritariamente tradicionais, que contribuem para um equilíbrio socioeconómico da região. É necessário **modernizar a frota** e aumentar a **rentabilização do setor**. Comentou que existem grandes dificuldades nas RUPs, devido à sua insularidade. No mês de julho foi aprovado o novo **FEAMPA** cujos objetivos

principais foram a manutenção da pesca como atividade sustentável, um setor aquícola competitivo e integrado no território, a modernização, a dinamização e a atualização da aquicultura (desde a produção ao consumidor final). Referiu que é importante continuar a apoiar as RUPs e que este apoio tem aumentado nos últimos relatórios do FEAMPA, para ter em conta as especificidades das Canárias. O aumento de apoios, deste o último relatório é de cerca de 36 Milhões de euros. Os apoios visam o desenvolvimento local, nomeadamente, a melhoria dos portos locais, transformação e comercialização, bem como o apoio na formação do setor pesqueiro e da proteção do ambiente. O FEAMPA 2021-27 está em fase de modificação e definição dos objetivos para serem contemplados no Programa Operativo. Relativamente às Canárias, para **compensar os custos**, estabelece-se um programa operativo de 2021-27 com um plano de ação, com apoio de 88 Milhões de euros. O **Plano Recuperação e Resiliência** espanhol tem por base reduzir os impactos provocados pela pandemia e desenvolver a sustentabilidade, a investigação, a inovação e a digitalização do setor pesqueiro. No PRR, estabeleceram-se apoios para projetos de desenvolvimento tecnológico, inovação e equilíbrio da cadeia de comercialização, digitalização do setor das pesca e aquicultura e a luta contra a pesca INN. Acrescentou que existem financiamentos para **promover investigação e potenciar o crescimento da economia azul**. Terminou demonstrando o seu apoio e disponibilidade.

6. Intervenção do Secretário Regional do Mar e das Pescas dos Açores

O Dr. Manuel São João saudou todos os presentes e agradeceu o convite. Enalteceu a importância do CCRUP e o facto de estar sediado nos Açores, nomeadamente na cidade da Praia da Vitória. Informou que a essência deste Conselho Consultivo prima pela suas recomendações e identificação de medidas para a boa gestão dos recursos haliêuticos, devido à articulação das opiniões de todas as partes interessadas. Referiu que o poder político, nomeadamente o Governo dos Açores, deve ter em consideração os aspetos socioeconómicos e as preocupações do setor da pesca e das comunidades piscatórias das RUPs. Referiu que é necessária uma reflexão profunda e fundamentada sobre a forma de enfrentar os inúmeros constrangimentos e desafios do setor das pescas nos Açores. Considerou importante fundamentar uma decisão política de forma consciente, participativa e inclusiva. A economia do mar é uma prioridade e o

Governo dos Açores está determinado em assumir um papel de relevo, no contexto da política marítima nacional. Referiu que com o término do Programa Operacional MAR 2020 é importante ter em conta o novo Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e Aquacultura. Referiu que a transição entre quadros, POSEI-PESCAS (2007 a 2013) e o Mar 2020, acarretou constrangimentos, com reflexos na economia piscatória, mencionando ser necessário acautelar, o futuro. Em nome do Governo dos Açores, reiterou os votos de boas-vindas aos ilustres convidados e desejou os maiores sucessos nos trabalhos futuros.

7. Intervenção do Presidente da Câmara da Praia da Vitória

O Dr. Tibério Dinis mencionou que esta Assembleia Geral era um momento muito importante para todos os residentes no Concelho da Praia da Vitória. Enalteceu o facto de o CCRUP ser o primeiro organismo europeu sediado na Praia da Vitória. Referiu que era importante e uma honra, a cidade da Praia receber distintos dignatários, representantes de outras RUPs, com problemas e desafios maioritariamente comuns. Comentou que é importante garantir um melhor futuro para a Europa e para as RUPs. Em nome da Câmara Municipal, agradeceu a toda a equipa do CCRUP o seu trabalho. Agradeceu a todos os que permitiram que a sede do CCRUP fosse na Praia da Vitória, em particular ao Presidente da Federação das Pescas dos Açores, Sr. Gualberto Rita e aos que acreditam na economia azul e nas comunidades piscatórias. Informou que, para além de todos os debates e todas as propostas, era importante que as pessoas nunca fossem esquecidas, nomeadamente as que escolhem as RUPs para viver e as que escolhem a pesca como profissão. Considerou necessário garantir-lhes qualidade de vida, ensinamento e um futuro melhor. As RUP são fundamentais para a Europa, como fora dito, mas precisam de uma população fixada, especialmente jovens que encontrem nas áreas de atividade, como a pesca, um futuro para a sua vida e futuras gerações. Terminou a sua intervenção com votos de um bom trabalho.

8. Intervenção do Presidente do Comité Executivo do CCRUP

O Sr. David Pavón referiu que este momento era muito importante para o CCRUP, por ser a primeira reunião presencial e por contar com a presença de ilustres convidados.

Agradeceu a presença de todos e comentou que as pessoas presentes na reunião, constituem uma equipa. Uma equipa que conta com os membros do CCRUP, entidades locais, regionais, nacionais e europeias e organizações não governamentais. Acrescentou que o próprio cidadão europeu interessado na gestão das pescas, também faz parte desta equipa. Apesar de ser o presidente do Comité Executivo, chamou ao palco o Sr. Gualberto Rita, o Sr Charif Abdallah e a Sra. Yaiza Londoño. Referiu que a Presidência não é composta apenas pelo presidente, mas sim por todos os membros que fazem parte da mesma. Referiu que o CCRUP representa todas as RUPs, desde o Atlântico ao Indico, nomeadamente a Guyana Francesa, Guadalupe, Martinica, São Martinho, Açores, Canárias, Madeira, Maiote e a Reunião. Informou que é importantíssimo que todos se sintam unidos, como se fossem uma família e que lutem não só pelos interesses de cada região, como pelos interesses comuns. Solicitou um aplauso para a toda a equipa. Informou que, considerando todos os contextos atuais, nomeadamente a economia azul e a economia verde, as RUPs e as suas artes de pesca, eram a melhor aposta. Terminou a intervenção agradecendo.

9. Perguntas e respostas

a) O Secretário-Geral da *Association Réunionnaise Interprofessionnelle de la Pêche et de l'Aquaculture*, Sr. Ludovic Courtois - através de uma mensagem de vídeo - referiu que, em 2022, fará três (3) anos que não obtiveram respostas da Comissão Europeia relativamente aos apoios para a aquisição de novas embarcações e a modernização das atuais, conforme previsto pelo FEAMPA. Comentou que os pescadores profissionais artesanais gostariam de obter uma resposta. Nada justificaria a demora da CE, pois estavam a bloquear o processo. Informou que a CE não estava a considerar, nem a segurança alimentar, nem a segurança marítima das comunidades piscatórias. Os apoios solicitados tiveram em conta os pescadores artesanais, a conservação e a preservação dos recursos marinhos da região. Solicitou resposta à Sra. Charlina Vitcheva (Diretora Geral da DGMARE) sobre os apoios requeridos.

b) A Sra. Yaiza Londoño (International Pole & Line Foundation) referiu que é importante redefinir os critérios de distribuição de quotas e diferenciar os Estados Costeiros e as RUPs com pesca de pequena escala e pesca artesanal. Informou que já

existem critérios base adotados há cerca de (10) dez anos, no sentido de priorizar a pequena de pequena escala, contudo o ICCAT não tem sido capaz de implementar estes mesmos critérios. Referiu o facto de haver sobre pesca do atum patudo. Perguntou como é que a Comissão Europeia poderia assegurar que haverá uma diferenciação positiva aos países costeiros e que pescam em pequena escala. Acrescentou que estes tipos de pescarias são necessários proteger.

Considerando a pergunta do Sr. Ludovic Courtois, a Sra. Charlina Vitcheva referiu que recentemente houve alterações nos auxílios estatais, nomeadamente, no apoio à aquisição de novas embarcações e à modernização das atuais. Referiu que a sua pergunta não se tratava de uma questão técnica, mas sim política. Tendo em conta as negociações sobre a sustentabilidade, uma das questões mais complexas são as negociações sobre os auxílios estatais, por ser um assunto muito delicado. Para estes apoios, é necessário averiguar que não estão a apoiar a sobrepesca, nem contrariar o princípio da sustentabilidade, pois, não podem colocar em causa a credibilidade da Comissão Europeia (CE) que, representa todos os europeus e que, no decorrer das negociações pretende que todos adotem os mesmos critérios sobre o conceito da sustentabilidade. Em relação aos auxílios estatais, no caso particular das Regiões Ultraperiféricas, foi criada uma exceção muito significativa. Esta modificação por si só, quase atinge o limite daquilo que a Comissão defende em termos da União Europeia como sendo sustentável. Contudo, houve esta adaptação, deste regime, para ter em conta as especificidades das Regiões Ultraperiféricas. Nesta modificação, concorda-se que há dois casos onde há uma aplicação para o uso desta modificação. Um desses casos está relacionado com as Regiões Ultraperiféricas do Estado Membro Francês. Neste caso, existe um atraso nas negociações relativas a esta exceção, pois a mesma depende da condição de haver garantia que esta exceção, não coloca em causa o equilíbrio entre a capacidade de pesca e as oportunidades de pesca. Assim, é necessário que o relatório do Estado Membro Francês, cuja obrigação é única e exclusivamente sua, e não da CE, garanta e sustente a existência deste equilíbrio. Referiu ainda que, o relatório do Estado Membro francês foi recebido em maio, mas para verificar que o mesmo está bem justificado e fundamentado é necessário ser submetido ao Comité de pescas científico, técnico e económico (CCTEP). A CE, brevemente, irá reunir-se para verificar os relatórios dos Estados Membros. A CE, de momento, não está

a bloquear o procedimento e está aberta a sugestões desde que sejam bem estruturadas e fundamentadas. Estão a aguardar o parecer do CCTEP e da Comissão Avaliadora para se pronunciarem sobre o relatório do Estado Membro francês. Até lá, não haverá fundamento para aprovar esta modificação. Mencionou que gostaria de esclarecer o Sr. Ludovic sobre o facto de a CE estar a fazer o seu melhor ao tentar encontrar uma solução e acelerar o processo, ao invés de o bloquear. Reforçou que estava recetiva a sugestões e potenciais soluções. A CE o que pode melhorar neste processo é, o tentar encurtar os prazos desta aprovação. Ao invés de 5 ou 6 meses para realizar a avaliação, podem tentar avaliar em paralelo com a avaliação do CCTEP, e emitir parecer logo que recebam a opinião do CCTEP, por forma a informar o Governo francês que o equilíbrio foi verificado e que os auxílios estatais têm suporte legal. Por fim, acrescentou que houve uma reunião, recentemente, com a embaixada e que o gabinete da CE foi envolvido, para tentar acelerar e tratar deste processo de aprovação.

Relativamente à questão da Sra. Yaiza Londoño, a Sra. Charlina Vitcheva informou que a CE defende os interesses comuns dos Estados Membros, junto do ICCAT. Referiu que é necessário haver negociações e é muito importante gerir as mesmas da melhor forma possível. Há conflitos de interesse e que o objetivo é que as negociações sejam as mais próximas possíveis daquilo que são as pescas de pequena escala e da sustentabilidade, mas como foi referido, é uma questão de negociações e estas negociações poderão ser mais fortalecidas quanto mais credibilidade existir. Referiu que para além da distribuição de quotas pelo ICCAT existe a distribuição de quotas a nível nacional, que são feitas por cada Estado Membro. Referiu que segundo a CE, a distribuição das quotas nacionais devem ser o mais transparentes e objetivas possíveis e devem ter em conta os interesses da pesca de pequena escala.

A Dra. Teresa Coelho, relativamente à distribuição de quotas pelo Estado Membro, informou que anualmente o Estado Membro Português é responsável pela repartição das quotas. O governo nacional e os governos regionais têm uma boa colaboração e normalmente, sempre que é necessário, a quota continental é cedida à quota regional, de acordo com os critérios atualmente estabelecidos, tais como as capturas históricas das RUPs, relativamente a determinadas espécies, nomeadamente os atuns. A

maior parte da quota de atum alocado ao Estado Português é atribuída às Regiões Ultraperiféricas portuguesas (Açores e Madeira).

A Sra. Charlina Vitcheva acrescentou que a CE tem uma quota adicional para o atum rabilo (*Thunnus thynnus*), afeta às Regiões Ultraperiféricas do Atlântico, como os Açores, Madeira e Canárias, por ser uma exceção relativamente às pescarias de pequena escala.

A Dña. Alicia Villauriz relativamente à renovação da frota, referiu que no caso das Canárias, a idade média dos pescadores e da frota de pesca das Canárias, é elevada. É necessário melhorar as condições de vida e de segurança marítima da população e das embarcações piscatórias. Comentou que, no âmbito do novo FEAMPA, um dos elementos essenciais para a conservação ambiental é a eficiência energética e a utilização de energias alternativas. Por um lado, é preciso garantir a sustentabilidade dos recursos marinhos e por outro, garantir a renovação da frota, pois é essencial para a viabilidade do setor das pescas. Relativamente à repartição das quotas, mencionou a importância do ICCAT para conjugar opiniões muito distintas e obter algum consenso entre as partes interessadas no setor das pescas. Referiu que é necessário haver uma discriminação positiva da pesca artesanal, tal como já fora mencionado, todavia todas as pescarias têm direito a manter a sua atividade, com base em critérios de sustentabilidade. Referiu que, em Espanha, tiveram em consideração a pesca artesanal e as suas características socioeconómicas, na repartição da quota do atum rabilo (*Thunnus thynnus*) e que a quota aumentou.

Não havendo mais pedidos de palavra, deu-se a sessão de perguntas e respostas encerrada.

10. Intervenção da Diretora Executiva da Agência Europeia de Controlo das Pescas (EFCA)

A Dra. Susan Steele cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite. Referiu que os Conselhos Consultivos são organismos importantes para o desenvolvimento de um setor de pesca sustentável e que fazem parte do Comité Consultivo da EFCA, para orientar as suas atividades e defender o ponto de vista das partes interessadas. Informou que a EFCA tem como objetivo, coordenar e promover um

melhor controlo, inspeção e monitorização, no âmbito da Política Comum de Pescas, para garantir sustentabilidade e não discriminação. O mandato da EFCA tem por base a coordenação dos Estados Membros, através de planos de desenvolvimento conjuntos (JDPs) e proporcionar assistência aos Estados Membros e à Comissão Europeia, no âmbito de controlo e monitorização. Os JDPs atuam em áreas de interesse devidamente identificadas pelos Estado Membros, em cooperação com a EFCA. Informou que a agência também coopera internacionalmente, mas só tem cerca de 1 870 inpetores na União Europeia. Apresentou um quadro com algumas informações sobre a estrutura, nomeadamente o número de barcos de pesca na União Europeia, as inspeções coordenadas no âmbito dos JDPs, no ano de 2020, as infrações detetadas, os inspetores formados, os recursos humanos e o orçamento. Referiu que cooperam no combate à pesca ilegal, não declarada e não regulamentada e contribuem para o acordo verde da União Europeia, ao promoverem a conservação da biodiversidade. Defendem um mercado justo e equitativo e atuam em águas da União Europeia, internacionais e nas RUPs. Atualmente, no âmbito dos JDPs, as operações do controlo das RUPs, ocorrem nos Açores, Madeira e Canárias, para as pescarias do atum rabilo (*Thunnus thynnus*) e outras espécies. Não têm mandato, nem operam nas RUPs francesas (Martinica, Mayotte, Guadalupe, Guyana Francesa, Reunião e São Martinho). Realizaram cerca de 20 inspeções, em cooperação com autoridades portuguesas, em 2021, para as capturas acessórias de atum rabilo (*Thunnus thynnus*). Quando requerido pelo Estado Membro, a agência fornece formação a inspetores e dá assistência às autoridades regionais, nomeadamente, através de imagens satélite. A EFCA participa no projeto ECOFISH e está disponível para estudar como melhorar o apoio aos Estados Membros e às Regiões Ultraperiféricas, nomeadamente através da aplicação dos JDPs a mais pescarias/áreas, apoio adicional aos Estados Membros e cooperação com organizações regionais de pesca, na aplicação de regimes internacionais de controlo. Destacou a participação em programas referentes ao ICCAT e ao IOTC. Terminou a sua intervenção agradecendo o convite e referindo que era uma honra ter participado. Disponibilizou-se para responder a questões.

11. Intervenção do Vogal do Conselho de Administração da Lotaçor

O Dr. Simão Neves cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite. Referiu que a *Lotaçor S.A - Serviços de Lotas dos Açores* - é um pólo de desenvolvimento sustentável da economia azul e que abrange vários setores como a investigação, o turismo, a comercialização, a transformação e a indústria. Apresentou um cronograma sobre a evolução da empresa, desde 1979, até à atualidade. Referiu quais as infraestruturas existentes e o papel da *Lotaçor* na fileira do pescado, nomeadamente nas diversas atividades relacionadas com o setor das pescas, como a produção (capturas provenientes da pesca), as infraestruturas, os entrepostos, a comercialização e a transformação. Referiu o leilão eletrónico, os contratos de abastecimento direto e o leilão online. A *Lotaçor* está inserida na estratégia nacional para o mar, para 2021-2030. O principal objetivo para 2030 é a sustentabilidade económica e financeira, tendo em conta a segurança alimentar, saúde e segurança no trabalho, eficiência energética e igualdade de género. Deu exemplos de alguns projetos dos quais a *Lotaçor* faz parte. Projetos relacionados com recuperação de artes de pesca perdidas, controlo de equipamento e acesso aos mesmos, centros de gestão e partilha de informação e novas formas de comunicar com parceiros. Terminou a sua intervenção agradecendo o convite e com votos que a visita ao leilão, no dia seguinte, fosse frutífera.

12. Intervenção da Diretora da Região Atlântica da *International Pole & Line Foundation*

A Dra. Yaiza Londoño cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite. Apresentou três vídeos referentes aos episódios da série *Tuna Tales*, desenvolvida pela *International Pole & Line Foundation*, em parceria com o fotógrafo e documentarista português Pepe Brix e Rui Pedro Lamy. O primeiro vídeo foi o *trailer* da série e os restantes vídeos foram o primeiro e segundo episódio, respetivamente. O primeiro episódio (EP1 "On Land") foi sobre a importância socioeconómica das pescarias do atum, para a região dos Açores. O segundo episódio (EP2 "Our Ocean") foi sobre as ameaças à sustentabilidade da pesca do atum. Estes episódios retrataram a pesca sustentável de atum, nomeadamente, nos Açores. De um modo geral, esta série relata a história dos pescadores

de atum e os sectores associados a estas pescarias, nos Açores, nas Canárias e em Cabo Verde, ou seja, nas regiões da 'Macaronésia'.

13. Apresentação do projeto Análise SWOT da Aquicultura nas Regiões Ultraperiféricas

A Dra. Cassandra Pacheco (em representação da Carolina Silveira - estagiária no CCRUP, no âmbito do Estagiar U) cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite. Ao longo da sua apresentação, abordou os temas: conceito de aquicultura, tipos de aquicultura e mencionou quais as forças, fraquezas, ameaças e oportunidades do sector aquícola de cada uma das nove regiões ultraperiféricas. Concluiu afirmando que apesar da aquicultura ser o setor alimentar que mostra maior crescimento a nível mundial, há falta de informação sobre esta atividade nas RUPs e é necessário desenvolver a aquicultura nas RUPs. Comentou que o novo Regulamento (UE) 2021/1139 do FEAMPA constitui uma oportunidade para todas as Regiões Ultraperiféricas, relativamente à aquicultura.

14. Apresentação do projeto Zonas Marinhas Protegidas nas Regiões Ultraperiféricas

A Dra. Cassandra Pacheco (estagiária no CCRUP, no âmbito do Estagiar U) cumprimentou todos os presentes e agradeceu o convite. Agradeceu também, o apoio da Secretária-Geral e da Assistente Administrativa e Financeira do CCRUP, na elaboração do trabalho. Apresentou e descreveu as zonas marinhas protegidas da Regiões Ultraperiféricas. Para cada RUP, apresentou um gráfico com a percentagem de zonas marinhas protegidas e zonas marinhas não protegidas. Comparou os dados das Zonas Económicas Exclusivas (ZEE) de cada região ultraperiférica, com a ZEE da União Europeia. Concluiu que existem diversas sobreposições de classificação das zonas marinhas protegidas, nomeadamente nos Açores, Madeira e Canárias. Informou que, além das classificações regionais das diferentes zonas, existem também atribuídas proteções internacionais. Terminou a sua apresentação referindo que ao longo do trabalho, foram identificadas 22 diferentes nomenclaturas para a designação das ZMP.

Não havendo mais intervenções, nem pedidos de palavra, a reunião deu-se por encerrada.

A Secretária-Geral agradeceu a participação de todos e convidou os presentes a reunissem-se nas escadas da entrada do edifício, para tirarem uma fotografia.

Próxima reunião:

A data e local da próxima reunião será agendada pelo Presidente da Assembleia Geral, em conjunto com o Presidente do Comité Executivo e o Secretariado.

N/D